



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 40 min.

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 6º PERÍODO - DATA: 20/09/2023

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D

**Vá firme na direção das suas metas. Porque o pensamento cria,
o desejo atrai e a fé realiza.**

Boa Prova!

Disciplina: Direito Processual Civil II
Professor: Roberta Favalessa Donini

Questão 01

Otávio Mesquita ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais contra a empresa Betamil. **O juiz indeferiu a petição inicial e extinguiu o processo sem resolução do mérito, nos termos do Art. 321, do CPC**, sob o fundamento de que o autor não teria juntado documentos indispensáveis à apreciação da lide, bem como o CNPJ da empresa. Inconformada, a parte autora interpôs apelação, requerendo que o juiz exercesse o juízo de retratação. Considerando a situação hipotética, à luz **das regras processuais do CPC/15**, assinale a afirmativa correta.

- A) O juízo de retratação não é admissível em caso de extinção do processo sem resolução do mérito, sendo cabível somente nas hipóteses de julgamento liminar de improcedência do pedido.
- B) A falta de indicação do CNPJ na petição inicial, em qualquer hipótese, enseja o indeferimento da referida peça processual, uma vez que esta informação é essencial para a sua qualificação em juízo.
- C) A ausência de documento essencial para o ajuizamento da ação não enseja o imediato indeferimento liminar da petição inicial, havendo necessidade de prévia intimação do autor para sanar a irregularidade.
- D) Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, o magistrado não mais dispõe da faculdade de realizar o juízo de retratação, estando restrito apenas ao encaminhamento dos autos ao tribunal competente.

Questão 02

Analise as assertivas e responda.

- I – O juízo a que se destina.
- II – A qualificação das partes.
- III – O pedido com as suas especificações.
- IV – As provas que pretende produzir.

O Código de Processo Civil, instituído pela Lei 13.105 de 2015, é responsável por indicar os elementos obrigatórios em uma petição inicial no território de sua abrangência. Nessa temática, é **CORRETO** afirmar que, das assertivas dispostas, são alguns dos requisitos da petição inicial.

- A) I, II e III.
- B) II, III e IV.
- C) I, II e IV.
- D) I, II, III e IV.

Questão 03

Em conformidade com o Código de Processo Civil, sobre Processo de Conhecimento, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

- () Indeferida a petição inicial, o autor poderá agravar, facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se.
- () É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.

- A) E - C.
- B) C - E.
- C) C - C.
- D) E - E.

Questão 04

Pedido da petição inicial deve ser certo e determinado. Porém, é lícito, formular pedido genérico:

- I. Nas ações universais, se o autor não puder individualizar os bens demandados;
- II. Quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;
- III. Quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

Está(ão) CORRETA(S):

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) I, II e III.
- D) Apenas III.

Disciplina: Direito dos Contratos II Professora: Leilane Paula Camargos
--

Questão 05

João é pai de Maria e de José. João vende seu carro avaliado em R\$40.000,00 para José por R\$50.000,00. Nesse caso:

- a) Se não tiver assinatura de Maria consentindo com a venda, essa venda é nula.
- b) Se Maria não consentir com a venda, a venda será anulável ainda que Maria não consiga provar prejuízo
- c) Passados 2 anos da realização da venda o negócio convalida-se
- d) Se João e José simularam uma compra e venda, porém o negócio realizado foi uma doação, nesse caso a compra e venda é anulável no prazo de 2 anos.

Questão 06

Simone comprou um apartamento. No anúncio dizia que o apartamento tinha 90m²

- a) Essa venda é *ad mensuram*. Como a medida anunciada foi de 90m² se Simone ao medir o apartamento encontrar metragem diferente pode pedir complemento, abatimento no preço ou resolução do contrato
- b) Essa venda é *ad mensuram*. Simone não pode reclamar de diferença na medida anunciada.
- c) Essa venda é *ad corpus*. Ainda que o apartamento não tenha 90m² não poderá reclamar pois a medida é apenas enunciativa
- d) Essa venda é *ad corpus*. Simone só não poderá reclamar se a diferença for de 1/20 avos. Acima disso Simone pode reclamar

Questão 07

Lucas vende para Marli uma casa no valor de R\$900.000,00 com cláusula de retrovenda:

- a) A cláusula de retrovenda é livre podendo ter um prazo de 5 anos
- b) Se no momento em que Lucas vai exercer o direito de retrato a casa valorizou, este deverá pagar toda a valorização do imóvel
- c) Se Marli vendeu a casa para Carlos o direito de retrovenda que Lucas tinha torna-se sem efeito
- d) Se Marli falece, Lucas pode exercer seu direito de retrato contra os herdeiros de Marli

Questão 08

Alice compra um vinho com cláusula “*ad gustum*”. Ao provar o vinho Alice não gosta e manda devolver o vinho.

- a) A recusa de Alice precisa ter embasamento na qualidade do vinho
- b) Enquanto Alice não aceitar o vinho, a venda é inexistente
- c) Enquanto Alice não aceitar o vinho, a venda é inválida
- d) Enquanto Alice não aceitar o vinho, a venda é ineficaz

Questão 09

Wagner vende seu carro para Arnaldo com direito de preempção.

- a) Se o carro valorizar, no momento de exercer o direito de preempção, Wagner só pagará o valor que Arnaldo pagou.
- b) Se Arnaldo vender o carro sem dar o direito de preferência para Wagner responderá com perdas e danos
- c) Se Arnaldo vender o carro sem dar o direito de preferência para Wagner, o direito de preempção fará Wagner buscar o carro, independentemente da pessoa que comprou
- d) Se Arnaldo falecer, os herdeiros de Arnaldo ao vender o carro devem dar o direito de preferência para Wagner.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial IV Professor: André de Paula Viana
--

Questão 10

No que se refere à moeda falsa (CP, art. 289 e ss.), analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

- I – Fabricar petrechos para falsificação de moeda é crime mais grave do que fabricar papel-moeda falso.
 - II – A emissão de título ao portador sem permissão legal constitui infração de menor potencial ofensivo.
 - III – A utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato.
- a) Apenas o item I é verdadeiro.
 - b) Apenas o item II é verdadeiro.
 - c) Apenas o item III é verdadeiro.
 - d) Apenas os itens II e III são verdadeiros.

Questão 11

Ao realizar uma perícia em processo relativo ao crime de moeda falsa, Patrícia, perita criminal, percebeu que a cédula falsificada era de moeda estrangeira. Nesse momento, o trabalho pericial deve

- a) prosseguir para se ter uma conclusão sobre a ocorrência ou não do crime de moeda falsa.
- b) ser finalizado com a conclusão de que não há crime no caso.
- c) ser suspenso, comunicando-se ao juiz que o crime está tipificado erradamente.
- d) ser finalizado com a conclusão de que não houve crime contra a fé pública.

Questão 12

Com relação aos crimes praticados contra a fé pública, pode-se afirmar que

- a) o crime de moeda falsa tem como sujeito passivo somente o Estado.
- b) o delito de falsificação de documento público atinge sua consumação com a falsificação ou alteração do objeto material, independentemente de outro resultado, e admite tentativa.
- c) nos crimes de falsidade, o sujeito passivo será sempre o Estado, com exclusividade, pois ele é o titular da fé pública.
- d) a prova pericial é imprescindível para a comprovação dos crimes de falsidade material e ideológica.

Questão 13

A apreensão de cédulas falsas se tornou rotineira para a Polícia Federal (PF) no Ceará, nos últimos anos. Entre 2018 e 2021, o Órgão reteve mais de 16,5 mil cédulas falsas, que somavam quase R\$ 1 milhão, no Estado. Sobre as moedas falsas é correto afirmar que

- a) falsificar moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país, fabricando-a ou alterando-a, é crime com pena de reclusão de três a dez anos e multa.

- b) quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação depois de conhecer a falsidade é punido com detenção de seis meses a dois anos e multa.
- c) é punido com reclusão de três a dez anos e multa o funcionário público ou diretor, gerente, ou fiscal de banco de emissão que fabrica, emite ou autoriza a fabricação ou emissão.
- d) formar cédula, nota ou bilhete representativo de moeda com fragmentos de cédulas, notas ou bilhetes verdadeiros, suprimir, em nota, cédula ou bilhete recolhidos para o fim de restituí-los à circulação, sinal indicativo de sua inutilização é crime com pena de reclusão de dois a seis anos e multa.

Disciplina: Direito Processual Penal I Professor: André de Paula Viana

Questão 14

De acordo com o disposto no Código de Processo Penal (CPP), a lei processual penal

- a) admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito.
- b) não admite interpretação extensiva, mas permite a suplementação pelos princípios gerais do direito.
- c) admite interpretação extensiva, mas não o suplemento dos princípios gerais do direito.
- d) não admite a aplicação analógica, mas permite a suplementação pelos princípios gerais do direito e a interpretação extensiva.

Questão 15

Assinale a opção correta a respeito dos sistemas de processo penal e da interpretação da lei processual penal segundo o CPP e o entendimento do STJ:

- a) De acordo com o CPP, a analogia equivale à norma penal incriminadora, protegida pela reserva legal, razão pela qual não pode ser usada contra o réu.
- b) No sistema inquisitivo, a confissão é considerada a rainha das provas e predominam nele procedimentos exclusivamente escritos.
- c) A lei processual penal veda a interpretação extensiva para prejudicar o réu.
- d) A interpretação extensiva é um processo de integração por meio do qual se aplica a uma determinada situação para a qual inexistia hipótese normativa própria um preceito que regula hipótese semelhante.

Questão 16

No Brasil, segundo a maioria dos doutrinadores, vige o sistema processual penal do tipo acusatório. São características deste sistema processual penal

- a) a imparcialidade do julgador, a flexibilização do contraditório na medida da necessidade para reconstrução da verdade real e a relativização do duplo grau de jurisdição.
- b) o sigilo das audiências, a imparcialidade do julgador e a vedação ao duplo grau de jurisdição.
- c) a igualdade das partes, o contraditório e a publicidade dos atos processuais.
- d) a absoluta separação das funções de acusar e julgar, a publicidade dos atos processuais e a inexistência da coisa julgada.

Questão 17

O modelo processual acusatório tem sido entendido como o adequado a um Estado Democrático de Direito por ser o mais garantista.

Tem-se como um pressuposto estrutural e lógico do modelo a

- a) possibilidade de emendatio libelli e mutatio libelli.
- b) existência de uma investigação prévia por delegado de polícia.
- c) possibilidade da prova ser colhida pelo próprio juiz.
- d) separação entre juiz e acusação.

Disciplina: Direito Financeiro
Professor: Mário César Martins de Miranda

Questão 18

O direito financeiro cuida:

- a) da despesa feita pela administração pública, sendo que a receita arrecadada fica a cargo do direito tributário.
- b) da receita, da despesa e do orçamento público e privado.
- c) de regulamentar a instituição de tributos.
- d) do orçamento, do crédito, da receita e da despesa no âmbito da administração pública.

Questão 19

A respeito da finalidade da atividade financeira do Estado, a doutrina ensina que

- a) o objetivo fundamental da atividade financeira do Estado é proporcionar recursos econômicos para o custeio de sua manutenção e funcionamento, sendo que esta atividade está intimamente vinculada ao próprio fim do Estado, ou seja, o bem comum da população.
- b) a atividade financeira do Estado é puramente instrumental, porque obter recursos e realizar gastos é um fim em si mesmo; além disso, o Estado tem por objetivo único o aumento de seu patrimônio (superávit).
- c) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado brasileiro é regra, permitindo, de forma excepcional, aos particulares, a livre iniciativa e a livre concorrência, de acordo com o que estabelece a Constituição Federal.
- d) todas as empresas públicas e as sociedades de economia mista, por expressa disposição constitucional, têm a finalidade de exercerem atividades financeiras em prol do bem comum e, por isso, todas gozam de privilégios fiscais, extensivos ou não às demais empresas do setor privado.

Questão 20

De acordo com a Constituição Federal, a competência da União para legislar sobre Direito Financeiro e Orçamento:

- a) é concorrente com a dos Estados e do Distrito Federal, no que diz respeito a estabelecer normas específicas ou gerais de direito financeiro e orçamento.
- b) é concorrente com a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as restrições decorrentes de tratados e convenções firmados entre Brasil e Organizações Internacionais.
- c) é suplementar, desde que não tenha sido exercida pelos Estados ou pelos Municípios, observadas, quando for o caso, as restrições decorrentes de compromissos firmados com países estrangeiros e organismos internacionais.
- d) se não exercida para editar lei federal sobre normas gerais, permitirá que os Estados exerçam sua competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.

Questão 21

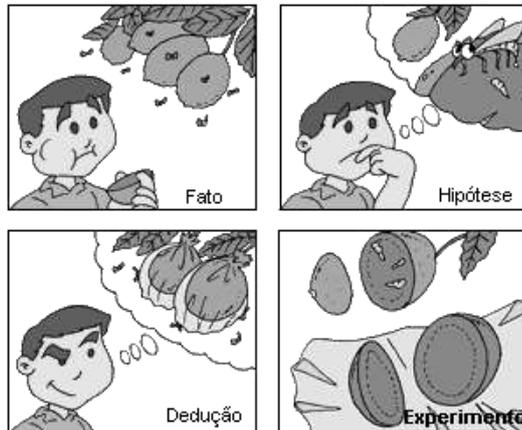
O orçamento moderno, diferentemente do orçamento tradicional, é instrumento de planejamento governamental e necessário para a consecução das políticas públicas. A respeito desse assunto, que envolve o conceito de orçamento e princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- a) O orçamento moderno trabalha com a ideia central de que os recursos a serem arrecadados devem servir à aquisição de meios para fazer face exclusivamente às despesas contingenciais.
- b) O orçamento público é um instrumento que confere ao Poder Executivo poder discricionário para a reformulação de políticas públicas, sem a necessidade de autorização legislativa para tanto.
- c) O orçamento público moderno deve garantir o equilíbrio fiscal, por meio do cumprimento das metas de resultados fiscais estipuladas.
- d) O orçamento moderno, assim como o tradicional, exige que as receitas sejam matematicamente iguais às despesas.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica
Prof.^a: Aldení Lima

Questão 22

O conhecimento é resultado das dúvidas das pessoas que estudam determinado assunto. Sobre os tipos de conhecimentos humanos, analise a figura e responda:



Disponível em: http://www.educabras.com/media/emtudo_img/upload/img/20141121_083343.gif.

Acesso em 08 ago. 2023.

Assinale o tipo de conhecimento representado na figura:

- a) Senso Comum
- b) Conhecimento artístico
- c) Conhecimento filosófico
- d) Conhecimento científico

Questão 23

A Prática Baseada em Evidências (PBE) é uma abordagem de investigação utilizada em diferentes áreas.

Sobre a PBE, analise as afirmativas e julgue em V (Verdadeira) e F (Falsa).

I- () É um método que busca a resolução de problemas de um modo mais eficiente possível, visando o bem-estar dos envolvidos e evitando desperdícios.

II- () Tem forte relação com o conteúdo de metodologia científica, pois além do indivíduo precisar saber conduzir uma leitura adequada, ele precisa ser um investigador.

III- () É dividida em duas etapas: A primeira consiste na tomada de decisões diagnósticas e a segunda etapa consiste na avaliação de probabilidades.

IV- () Os profissionais não devem ter o hábito de participar de seminários e fóruns de discussões, pois isso diminui a chance de novos aprendizados e consequente piora a sua qualidade profissional.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e IV